



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6767

**Presidente da Mesa Diretora:** Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Repassa Recursos, Firma Convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações do Executivo

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 27/02/2007

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 71/2007. Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros aos Colegiados dos Secretários Municipais de Saúde/MG - COSEMS. (Referente à Lei nº 3.702, de 15/03/2007).

**Controle Interno – Caixa:** 21.1    **Posição:** 61    **Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Repasse de recursos  
cx: 21.1  
ordem: 61  
nº fls: 03



19/2007  
06.03.2007

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 71 /2007

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

**Autoriza o Poder Executivo Municipal Repassar Recursos Financeiros ao Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde/MG - COSEMS.**

### MOVIMENTO

Entrada em – 27/02/2007

Comissão Finanças Orçamento e Tomada de Contas

- 1 -
- 2 - APROVADO EM REGIME DE URGÊN
- 3 - CIA EM. 06.03.2007
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

PROCURADORIA JURÍDICA



*As Comissões 4/270207*  
PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2.007

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS AO COLEGIADO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE/MG – COSEMS.**

O Povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, autorizado a repassar a importância de R\$5.000,00 (cinco mil reais) e firmar convênio com o Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde /MG – COSEMS, com a seguinte dotação orçamentária:

**Dotação: 18.01.10.122.0005.2126/33.50.41.....Secretaria Municipal de Saúde**

**R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).**

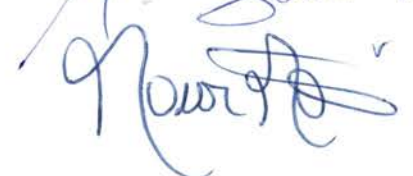
Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Montes Claros (MG), 16 de fevereiro de 2.007

  
Athos Avelino Pereira  
Prefeito Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTARY TOMA A CONTAS  
EM 27 DE FEVEREIRO DE 2007  
  
PRESIDENTE

Parecer favorável.  
A. Silva 060304  


CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM \_\_\_\_\_ DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 06 DE MARÇO DE 2007  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.  
PROCURADORIA JURÍDICA



Montes Claros, 16 de fevereiro de 2.007.

**Ofício nº: PJ/ 012/2007**

**Assunto: Projeto de Lei**

**Serviços: Procuradoria Jurídica**

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei com o qual pretendemos “repassar recursos financeiros ao Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde/MG – COSEMS”, visando estabelecer cooperação técnica e financeira para a implantação e desenvolvimento do Sistema Único de Saúde.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, acreditamos que V. Exa. e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,

  
Athos Avelino Pereira  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
Nesta





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 071/2007 QUE “Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros ao Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde/MG - COSEMS”, de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


A competência para a solicitação de autorização para a celebração de convênio com o repasse de recursos financeiros é de iniciativa do Executivo Municipal, ressaltando-se que, conforme consta no próprio projeto, já existe dotação orçamentária própria.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade no referido projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 01 de março de 2007.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605